

Questões e providências para preservação de acervos culturais



RESUMO

Este artigo versa sobre preservação, conservação, segurança e salvaguarda de acervos culturais e do edifício que os abriga, e apresenta orientações e caminhos para procedimentos e atitudes relativas às questões dessa natureza, importantes e vitais nesta era de tantas incertezas.

PALAVRAS-CHAVE

acervo, preservação, conservação, segurança, prevenção de riscos e acidentes.

ABSTRACT

This article is about preservation, conservation, safety and security of cultural collections and the building that houses them. It presents guidelines for procedures and attitudes regarding these issues, which are important and vital in this era of uncertainty.

KEY WORDS

collection, preservation, conservation, safety, prevention of risks and accidents.

INTRODUÇÃO

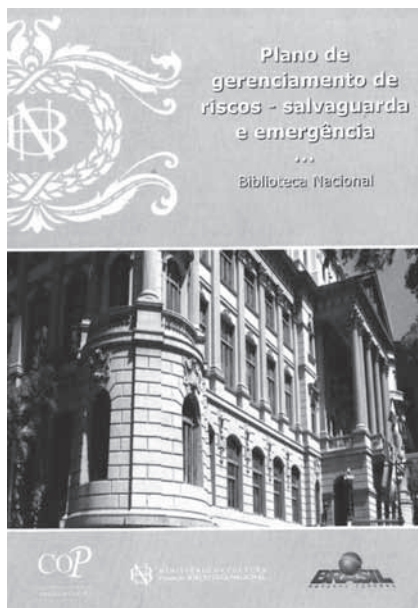
A preservação, a conservação e a restauração de bens culturais é o tema que mais atrai a atenção dos teóricos em questões sobre o patrimônio histórico, cultural e artístico em nossa sociedade. O campo da preservação é, constantemente, alvo de um engrandecimento, no sentido de que seus objetivos são os mais importantes quando se discute sobre o patrimônio cultural, à luz do interesse dos indivíduos e da esfera pública. Aqui, vamos, uma vez mais, direcionar nossas atenções para o campo da preservação dos bens culturais, em particular, para os acervos documentais que estão presentes na maioria dos bens patrimoniais existentes nos museus brasileiros.

Correntemente, a situação da preservação é vista e descrita como uma forma abrangente de atuação que engloba as áreas técnicas da conservação preventiva e reparadora, a reformatação que incorpora a reprodução convencional e digital, a fotografia e a digitalização, e, finalmente, a pesquisa científica, como sugeriu Solange Zúñiga (2012). Nas últimas décadas, os profissionais que desempenham atividades nessa área adotaram um consenso sobre um conjunto de conceitos fundamentais de preservação, para melhor dispor dos recursos disponibilizados em programas de preservação bem desenvolvidos.

O crescimento acelerado e o acúmulo de informações divulgadas nos mais diversos suportes impulsionaram o progresso de estudos e pesquisas que propiciam o aperfeiçoamento e a execução dos princípios da preservação e da conservação preventiva, entendida como um conjunto de diretrizes e estratégias baseadas em estudos de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta e indiretamente para a permanência da integridade dos documentos e dos edifícios que os abrigam em seus mais distintos ambientes.

Com a questão da preservação, introduzimos a da segurança, entendida como o conjunto de elementos que formam um plano definido para gerenciar, impedir danos e combater os agentes prejudiciais às documentações e às suas instituições. Nesse seguimento, temos como ferramenta de estudo, pesquisa e aplicabilidade o trabalho *Biblioteca Nacional. Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência* e também um folheto, recém-publicados pela Fundação Biblioteca Nacional.

Contudo, para entrar no contexto dessa área de preservação de bens culturais, retrocederemos até o começo do pensamento sobre o conceito de patrimônio. Tal conceito, estando ligado aos registros dos testemunhos materiais do passado, surge no final do século XVIII, toma forma e se desenvolve a partir do século XIX, e atinge seu cume no último quartel do século XX.



LEGENDA

Integra-se a esse conceito a preocupação com a preservação do patrimônio, que nos remete à Europa do século XVIII e à busca da recuperação do patrimônio arquitetônico, principalmente na França, no decorrer do período posterior à Revolução francesa. Neste momento, o Estado assume, em nome do interesse público, contra toda sorte de atos de vandalismo que vinham ocorrendo, a proteção legal de determinados bens, aos quais foi atribuída a capacidade de representar a nação. Assim, o entendimento de patrimônio como um conjunto de bens fundamentais, dotado de características peculiares, recebe atenções diferenciadas pela primeira vez na França, relacionadas aos bens arquitetônicos nacionais, em função das tradições vinculadas a esses bens, visando à criação do ideal de uma riqueza moral, uma história dita comum, mas que expressa as riquezas da nação.

Essas recentes e novas formas de atitudes contagiam quase todos os países europeus, que partem para a busca de seus próprios reconhecimentos, transformando e usando a restauração arquitetônica como veículo desse reencontro de suas identidades e valores. Portanto, podemos dizer que a noção de patrimônio se transforma em um instrumento que vem servir às classes de poder com o intuito de construir um ideal amplo e concreto de identidade nacional, com muitas relações simbólicas.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, isso vem reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedades de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse comum (Fonseca, 2005). Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens. Todos os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais de uma história nacional, que constrói o mito de origem de uma nação e uma versão da ocupação do território, visando ao reconhecimento do poder atual.

Nesse contexto, na França, surge a figura do arquiteto Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc [1814–1879], à frente de uma inspetoria de monumentos que selecionava os edifícios que, a partir de seu estado de degradação, deveriam ser submetidos aos procedimentos de restauração. A filosofia nacionalista de Le-Duc levou-o ao encontro da arquitetura gótica, por considerá-la a mais próxima do verdadeiro estilo francês, deixando clara sua opção pelo estilo arquitetônico medieval. Suas restaurações em edifícios completamente degradados seguiam, assim, uma tendência de recuperação das formas primitivas, mesmo que, ao final da intervenção, o monumento apresentasse uma cara que ele nunca tivesse tido. Esse tipo de restauração foi qualificado de estilístico ou interpretativo, como o próprio a nominava, e com o passar do tempo, tachado de falso histórico. “Quase um século depois, a contribuição de Viollet-le-Duc em geral se reduz a uma definição célebre de seu *Dictionnaire*: restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num dado momento” (Choay, 2006: 156).

Ao final do século XIX, o arquiteto italiano Camillo Boito [1836–1914] vem contestar a teoria de Le-Duc nesse campo específico da restauração, ao afirmar que todos os materiais acrescentados a um edifício, durante os trabalhos de restauração, devem ser claramente percebidos e nunca confundidos com o original. Essa questão se tornaria precursora na discussão a respeito das diferenças sobre os conceitos de restaurar e conservar.

Dessa forma, as ideias então efervescentes a respeito desses conceitos se difundem e colocam em campos diferentes a Inglaterra, com John Ruskin, que defendia a noção de autenticidade, enquanto respeito pelas marcas do tempo no monumento, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade da morte do mesmo, e a França, com as ideias de Le-Duc, para quem na restauração deve prevalecer o respeito absoluto sobre o passado da obra, permitindo, assim, inferirmos sobre o modo pelo qual vemos a conservação.

No final do século XIX, todavia, surge uma nova versão sobre os fatos, segundo a qual cada elemento arquitetônico de um monumento poderia ser

reconstruído, à medida que fossem apresentados documentos que comprovassem a autenticidade do mesmo. Essa nova postura passou a ser reconhecida como restauração histórica, ficando estabelecido que todas as ações de reconstrução deveriam estar baseadas em documentação existente, visando dar ao monumento o aspecto que de fato ele deveria ter tido.

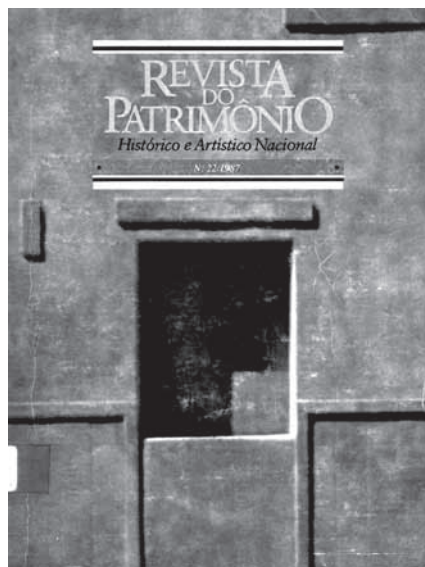
Estamos no início do século xx e as críticas àqueles conceitos e normas a respeito dos fundamentos da restauração histórica e também daquela dita estilística já se fazem ouvir por toda a Europa. É o prenúncio do que viria a ser apresentado como restauração científica. Esta, por sua vez, se desenvolve na direção da permanência de todos os fatores que dizem respeito aos traços históricos que venham a fazer parte da vida de um determinado monumento, trazendo a ideia de que se deviam deixar bem claras as poucas e novas intervenções que viessem a ser necessárias à restauração do monumento, sem preocupação com atitudes estilísticas.

Contudo, como é de praxe entre os homens e a história, lá em meado do século, surgem pensamentos contraditórios quanto aos conceitos sobre os registros visíveis dos traços que contam a história dos monumentos. E é da Itália que parte uma nova visão sobre a tomada de atitude quanto ao que se deve e ao que não se deve mais e de que modo se deve fazer e pensar, a priori, os trabalhos de restauração de obras e monumentos.

Assim, o historiador de arte italiano Cesare Brandi [1906–1988] surge para apresentar suas ideias e conceitos, que, pode-se inferir, talvez venham a ser a “última”¹ grande vertente do pensamento sobre a restauração de obras nos meios europeus. Brandi deixa claro, logo de início, que o que interessa para ele é a obra em si mesma, quer dizer, não somente seu aspecto material, mas também o seu conteúdo. E define: “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão para o futuro” (Brandi, 2004: 30).

Em outras palavras, Brandi está afirmando que a restauração, quando realizada, deve ter o compromisso de restabelecer a unidade potencial da obra de arte, na medida em que isso seja viável, sem a execução de um falso artístico ou de um falso histórico, e sem a eliminação de nenhum traço da trajetória da obra de arte no tempo. Com o passar dos anos, Brandi funda em Roma, em 1939, o Regio Istituto Centrale del Restauro, atual Istituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro, e o dirige por mais de vinte

1 Devemos fazer referência aos teóricos contemporâneos da restauração como Paul Philippot e Salvador Viñas Muñoz.



LEGENDA

anos. Desde então, suas teorias vêm se propagando para além das fronteiras da Itália.

Essas são, portanto, de forma sucinta, as mais importantes correntes de pensamento sobre a restauração de obras desenvolvidas na Europa nos séculos passados.

Voltamos agora ao Brasil, para falar um pouco sobre como essas questões a respeito da formação conceitual do que passou a ser denominado patrimônio histórico e artístico nacional foram iniciadas, desenvolvidas e efetivadas de forma legal.

Pelos idos dos anos 1920, surgem as primeiras manifestações que reclamavam por proteção para os bens culturais. E é exatamente em 1920 que Albert Childe, do Museu Nacional, elabora o primeiro projeto de lei de defesa do patrimônio artístico, em especial o dos bens arqueológicos (SPHAN, 1987: 34).

Contudo, foi somente nos anos 1930, marcadamente em 1936, durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas [1930–1945], que seu ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, solicitou ao escritor Mário de Andrade [1893–1945], líder do movimento modernista que provocou a renovação literária e artística no Brasil, um anteprojeto para a criação de um órgão de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, que resultaria na criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan.



Prefeitura do Município de S. Paulo

DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO

São Paulo, 24 de março de 1936

N.º 16

0446

Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema,
D.D. Ministro da Educação.

*Exmo. Sr. Dr. Capanema
546*

O Departamento Municipal de Cultura, de São Paulo, tem a grata satisfação de apresentar as sugestões solicitadas verbalmente a este Departamento por V. Excia., sobre a organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional. Em anexo a este ofício seguem um memorial de 18 páginas e um gráfico.

Na esperança de bem ter cumprido os desejos de V. Excia., o Departamento de Cultura apresenta ao sr. Ministro da Educação, os seus protestos de devotamento sincero.

Mário de Andrade
Diretor.

Carta de Mário de Andrade encaminhando a proposta de criação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936. Rio de Janeiro/RJ. (CPDOC/GC 1936.03.24/2)

No projeto para criar o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Mário de Andrade defendeu o exame da diversidade artística existente no país. Sua proposta seguiu a mesma linha de trabalho defendida e posta em prática por ele no Departamento de Cultura de São Paulo. Um bom exemplo do que Mário entendia por obra de arte patrimonial, ou seja, a que pertencia ao patrimônio artístico nacional, eram as oito categorias por ele listadas: a arte arqueológica, a ameríndia, a popular, a histórica, a arte erudita nacional e estrangeira, as artes aplicadas nacionais e estrangeiras. No anteprojeto original, mencionou também as categorias de bem cultural tangível e intangível, que serviriam de fonte para as mudanças na política de patrimônio introduzidas mais tarde por Aloísio Magalhães (Oliveira, 2008: 118–9).

A solicitação feita pelo ministro Gustavo Capanema a Mário de Andrade decorre das constantes denúncias feitas por intelectuais a respeito dos inú-

meros roubos, dilapidações e vandalismos que se sucediam como consequência do total abandono em que se encontravam as mais importantes cidades históricas, principalmente Ouro Preto, em Minas Gerais, repercutido com grande alarde na imprensa e na sociedade da época. Podemos inferir, assim, que um dos grandes *leitmotiven* para essas movimentações, no sentido da criação de leis e de proteção do Estado sobre o que se convencionou denominar de bens culturais, foi notadamente a inquietude quanto à ausência de preservação e de segurança, assunto central deste artigo.

Aceita entre os intelectuais, mesmo entre aqueles que não se incluíam no movimento modernista, a criação do Sphan, com todo o apoio dispensado pelo governo, mascarava sob seu contexto uma grande questão: a total ausência de percepção, demonstrada pela sociedade brasileira da época, para a real necessidade da criação de um órgão que administrasse o patrimônio histórico e artístico do país. Como também não configurava uma demanda, absolutamente necessária, que merecesse apoio de outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, acontecia com a saúde pública e com a educação.

A grande tarefa, então, estava na elaboração de mecanismos legais que deveriam ser reconhecidos como eficazes e legítimos, e que se transformariam em garantias de proteção aos denominados bens culturais, já ameaçados por degradações de todos os níveis e ações perpetradas por interesses escusos e duvidosos contra todas as medidas de proteção. Mas é somente em 13 de janeiro de 1937 que o governo promulga a lei n. 378, que estabelece uma nova organização para o Ministério da Educação e Saúde Pública e também oficializa o Sphan. A partir de então, o entendimento sobre o que representa o patrimônio histórico e artístico nacional se torna oficial e passa a ser definido como o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes, sendo sua preservação de interesse público, por estarem relacionados a acontecimentos de relevância para a história ou por serem considerados de grande valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, documental ou artístico.

Partindo do pressuposto da identificação dos limites do Estado a partir dos bens culturais que representavam a nação no tempo e no espaço, a concepção do patrimônio contribui para objetivar, dar visibilidade e tornar real o que deve ser entendido como nação – simbolizada também por obras criadas expressamente com essa finalidade, como as bandeiras, os hinos, os calendários e as alegorias, que, visando proteger esse patrimônio comum, findam por reforçar a coesão nacional.

Deste modo, a preservação dos bens culturais, por vezes onerosa, complexa e, num certo sentido, até contrária a alguns interesses públicos ou

privados, torna-se justificável pelo alcance pedagógico que traz em si, como também alicerça o serviço direcionado à instrução dos cidadãos.

Havia naquele momento, como há hoje, no meio da sociedade, uma enorme gama de interesses em jogo, vindos de pessoas de todos os tipos e classes que se manifestavam contra as denominadas normas de tombamento, por meio das quais o Sphan exercia uma de suas atribuições no sentido da proteção do que restava da arte colonial arquitetônica, já em franca ameaça pelo surgimento de uma nova concepção de urbanização, em detrimento de negócios escusos sob o manto de justificativas e entraves ao pleno estabelecimento dessa referida modernidade urbana. Ao longo do tempo, os acontecimentos e as ações que se desenvolveram deveriam ser na direção do estabelecimento de instituições que apresentassem razoável solidez, entendido como geração de suportes e apoios às atividades de continuidade e de sustentação ao recém-criado Sphan.

O momento era de concentrar todas as atenções na construção de uma tradição brasileira em compatibilidade com os modernistas e os funcionários do novo órgão, que, naquele momento, detinham a autoridade para atuar como porta-vozes e protetores da valoração cultural do país. No transcurso dos fatos, o Sphan se fortalece como instituição brasileira, sobretudo quanto à resistência do interesse nacional às manobras interesseiras do governo.

Segundo Fonseca, o imenso panorama da trajetória histórica sobre as ações de preservação do patrimônio desenvolvidas no país pode ser mais bem entendido por intermédio de um quadro cronológico, com ênfase em três momentos considerados marcantes no desenvolvimento e na evolução dessa política: o primeiro, dito heroico, se inicia nos anos 1930, com o anteprojeto da criação do Sphan, e vai até 1967, com o término da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade; o segundo, chamado intermediário, se estende de 1967 a 1979, período em que o Sphan luta por adaptar-se às novas demandas políticas nacionais e internacionais, interagindo com instituições federais que já atuavam no campo da preservação; e o terceiro momento, dito moderno, se refere ao período da gestão de Aloísio Magalhães, de 1979 a 1982 (Fonseca, 2005).

SOBRE A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E A REPARADORA

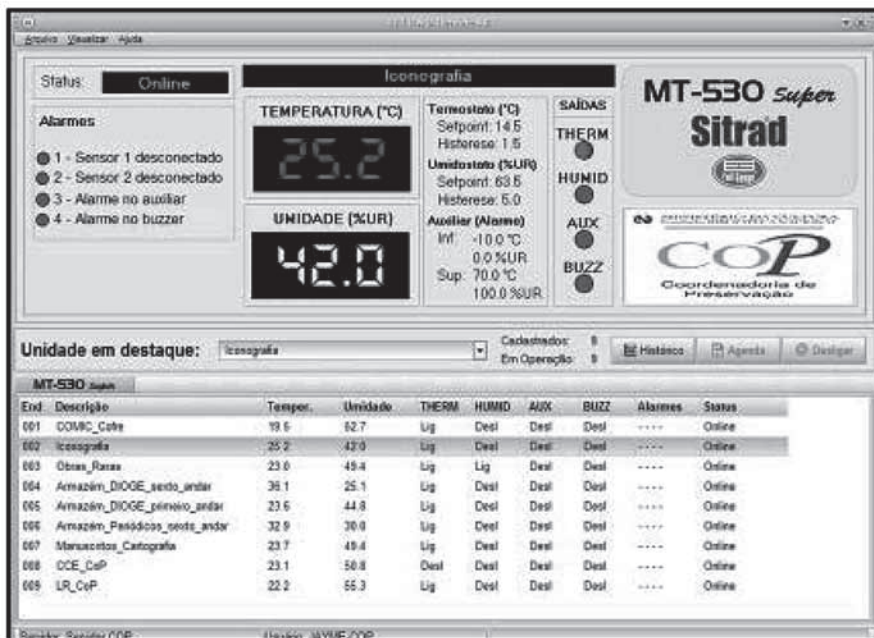
A arte da preservação é tão antiga quanto a própria civilização humana. De certo modo, podemos dizer que provém do instinto de autopreservação presente em todos os seres vivos.

Atualmente, os profissionais desta área técnica em questão compartilham um consenso a respeito do significado dos termos preservação e salvaguarda, conservação preventiva e reparadora, e restauração. Assim sendo, a preservação e a salvaguarda de acervos são apresentadas como uma grande “capa protetora”, sob a qual se alocam todas as ações técnico-científicas destinadas a essa finalidade, trazendo em si um sentido amplo e abrangedor. Estende-se desde as ações executadas para a manutenção das condições físicas e à permanência e durabilidade dos acervos e dos edifícios que os abrigam até as decisões de escolha do melhor meio para uma possível reformatação de documentos (microfilmagem ou digitalização), quando se revela a necessidade da transferência de informações. Desse modo, devemos ter toda a atenção para o conhecimento sobre o uso dos novos instrumentos que proporcionam os avanços do saber humano em relação à preservação e à salvaguarda do patrimônio cultural.

A conservação preventiva engloba as seguintes situações: controle e manutenção das condições ambientais de umidade relativa, temperatura, emissão de luz e limpeza da área destinada à guarda de acervos contra possíveis ataques de agentes biológicos; formas de armazenagem; cuidados quanto aos materiais adotados para os acondicionamentos; atenção quanto ao manuseio; higienização do acervo e análise e gerenciamento dos riscos capazes de afetá-lo; e normas para cessão de obras para exposições nacionais e internacionais. Tudo isso com o objetivo de retardar ao máximo a degradação dos documentos.

Há o sistema Sitrad, um software da Full Gauge Controls para o gerenciamento remoto de refrigeração, ar condicionado e aquecimento solar com acesso local e remoto, como também para a amplitude dos parâmetros para a instituição, em comparação com dados externos da cidade do Rio de Janeiro, como temperatura e umidade relativa, fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), e a expansão de rede de sensores e o ajuste na rede de coleta de dados na instituição.

A conservação reparadora e a restauração, por sua vez, já apresentam características intervencionistas na estrutura dos suportes dos livros e documentos, cada uma delas com um nível de aprofundamento específico. A conservação reparadora apresenta-se como um elenco de procedimentos técnicos direcionados à recuperação de algumas deteriorações que podem ocorrer nos livros e documentos, no decorrer de sua vida útil, na maioria das vezes fruto de manuseio, acondicionamento e armazenamento considerados inadequados. Entre tais deteriorações, as mais comuns são rasgos de parte(s) dos documentos, perdas de suporte e de parte(s) da encadernação, como a lombada e a capa dos livros.



LEGENDA

A SEGURANÇA

A palavra “segurança” tem origem no latim *securitas, securitatis*, e significa “sem preocupações”. A etimologia sugere o sentido de “ocupar-se de si mesmo”. Em sua definição mais comum, a palavra refere-se “a um mal a ser evitado” e, por isso, corresponde à ausência de riscos, à previsibilidade, à certeza quanto ao futuro. O termo, portanto, denota uma relação entre o seguro e o risco, que pode ser natural ou humano. Por exemplo, uma catástrofe física, um sinistro e uma ação humana inadequada que se tornou uma ameaça ao próprio homem. O risco humano é, para o desastre, considerado pior do que o natural, pois um é tido como inevitável, ao passo que o outro, o humano, é considerado discricionário, ou seja, livre de restrições legais.

Nesses termos, a segurança, vista como um bem comum, deve ser amplamente divulgada e garantida por meio de um conjunto de convenções sociais. Adotamos o entendimento sobre segurança como o conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais a uma instituição cultural, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, dos acervos e dos usuários.



LEGENDA

Na história dos livros e documentos destruídos, observa-se que a destruição voluntária causou o desaparecimento de 60% deles. Os 40% restantes devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, tempestades tropicais etc.), acidentes (incêndios etc.), agentes biológicos (como a traça, a broca e outros insetos), mudanças culturais (extinção de uma língua, modificação de uma moda literária) e os próprios materiais com os quais se fabricou o livro (a presença de ácidos no papel de século XIX está destruindo milhões de obras). É difícil conviver com essas questões, mas o certo é que, no momento em que você lê estas linhas, pelo menos um livro ou um documento está desaparecendo para sempre (Báez, 2006: 27).

Assim sendo, a segurança toma proporções totais em uma instituição cultural, abrangendo completamente o prédio que a abriga, a área física ao seu redor, o acervo, as diversas formas de acesso, os funcionários, os usuários e os administradores. Ela também determina ações precisas e pontuais que possibilitarão desempenhos técnicos e adequados à permanência de uma trajetória tranquila e sadia para todos.

A AVALIAÇÃO DE RISCOS

Há um consenso entre os profissionais que trabalham em instituições culturais de que, na maioria dos casos, os chamados riscos de acidentes e de-

sastres podem ser minimizados, reduzidos ou totalmente eliminados, se a instituição tiver um programa de emergências amplo, devendo, ao mesmo tempo, ser específico e sistemático, conhecido e entendido por todas as pessoas que nela trabalham e pesquisam, ou a visitam. O objetivo principal deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para se reconhecer, prevenir e responder com precisão efetiva a todas as emergências, ou seja, as situações críticas, os acontecimentos perigosos ou fortuitos, e os acidentes que porventura ocorram.

Desse modo, a identificação dos riscos que podem acontecer em uma instituição deve ser tratada com grande atenção, gerando possibilidades de reconhecimento dos problemas e das consequências e da extensão dos danos que podem vir a atingir um determinado acervo. Apresentamos, nesse contexto, um panorama com a descrição de alguns dos mais consagrados agentes de deterioração, suas formas e seus efeitos, e como afetam sobremaneira os acervos documentais: a) as forças físicas desencadeadas a partir do armazenamento errado de livros nas estantes e de documentos em mapotecas, que causam efeitos de deformação, rompimentos, arranhões e/ou perfurações – os diferentes tipos de força física incluem choque, vibração, tensão, compressão e fricção; b) os atos criminosos, como roubo, que causam o desaparecimento dos documentos, e as ações de vândalos, que desencadeiam mutilações e desfigurações dos mesmos; c) o fogo, que deixa como consequência a queima total ou parcial de um acervo, gerando grande depósito de fuligem e a deformação estrutural nos documentos que o compõem; d) a água, que produz danos como deformações, manchas, corrosões, dissoluções, desintegrações e enfraquecimentos nos suportes originais dos documentos; e) as pragas (insetos, roedores, pássaros), cuja ação resulta em perfurações, perdas de partes dos objetos, defecação, depósitos espúrios, manchas generalizadas e o enfraquecimento das partes que compõem os livros e os documentos; f) os poluentes (pó, líquidos e gases), que desencadeiam deposições irreversíveis de poeiras, desintegrações, corrosões, manchas e descolorações; g) a luz, devido à emissão dos raios ultravioletas, que causa o esmaecimento, a descoloração, o enfraquecimento, o amarelamento e também o escurecimento dos documentos; h) a temperatura incorreta, que propicia ações de deterioração mais acelerada por reações químicas, o enfraquecimento e possivelmente fraturas dos materiais; i) a umidade relativa incorreta, que possibilita o surgimento de fungos, deformações e manchas, e o enfraquecimento geral dos documentos; e j) a dissociação, ou seja, a recolocação de um livro ou documento em local errado, que não corresponda à sua classificação, gerando conseqüentemente a sua “perda” e a privação das informações sobre ele dentro de um acervo.

A partir da identificação e da visualização dos agentes de deterioração potencialmente capazes de afetar um acervo, estaremos aptos a iniciar um trabalho investigativo sobre os tipos de riscos que os envolvem. A identificação dos agentes de deterioração e a classificação dos riscos devem, pois, ser ações desenvolvidas com atenção e precisão, como também descritas em relatórios e registradas por meio de fotografias. Esses agentes podem e devem ser examinados quanto a duas grandes categorias que os relacionam: os riscos externos, ou seja, aqueles que estão relacionados aos fenômenos naturais, como as condições meteorológicas, a poluição atmosférica, a situação geográfica e social da área urbana e do entorno onde está localizado o edifício da instituição, e os riscos internos, ou seja, os que são originários de falhas nas condições estruturais e arquitetônicas do edifício: instalações elétricas e de gás, materiais inflamáveis, canalizações de água, instalações sanitárias, laboratórios, cozinhas, vigilância sobre os visitantes, usuários e funcionários, como também sobre todos os objetos que entram e saem do edifício.

Não podemos deixar de registrar, quanto a isso, a biossegurança, outro aspecto de suma importância no campo da segurança. O conceito de biossegurança, estabelecido em 2003 pela Comissão Técnica de Biossegurança da Fiocruz/CTBio-Fiocruz, diz que: “Biossegurança é um conjunto de saberes direcionado para a ação, prevenção, minimização ou eliminação dos riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, as quais podem comprometer a saúde do homem, dos animais, das plantas, do ambiente ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos” (*apud* Lima e Silva, 2007: 166–7).

RECOMENDAÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS EM ÁREAS DE TRABALHOS TÉCNICOS

Nesse tópico, apresentamos algumas recomendações direcionadas à prevenção de riscos de acidentes nas áreas técnicas de preservação e conservação: a) ter conhecimento do grau de toxicidade dos produtos químicos antes de usá-los; b) manter todos os produtos químicos devidamente rotulados e ter atenção quanto aos prazos de validade; c) nunca despejar pelo ralo da pia ou da área de trabalho os produtos químicos com validades vencidas ou considerados ultrapassados; d) nunca armazenar produtos químicos com alimentos ou bebidas; e) a maneira ideal de armazenamento desses produtos se dá em armários com sistema de exaustão direcionado ao exterior da área de trabalho; f) a forma correta para o uso de produtos químicos é sempre por meio de uma capela de exaustão; g) nunca manter solventes químicos em frascos de boca

larga ou béqueres sem tampa durante algum trabalho específico – existem no mercado frascos com tampas especiais para essa finalidade; h) proteger sempre a pele com luvas e os olhos com óculos especiais, bem como usar máscaras adequadas durante o manuseio de solventes químicos, ou seja, usar sempre os equipamentos de proteção individual (EPI); i) não fazer refeições no local de trabalho e não armazenar guloseimas dentro de gavetas ou armários; j) manter toda a atenção durante o uso de equipamentos cortantes, como guilhotinas e tesourões; k) estar sempre atento e preparado para casos de emergência; l) ter conhecimento de como utilizar o equipamento extintor portátil contra fogo; m) de preferência, não trabalhar sozinho nas áreas técnicas de preservação, conservação, restauração ou encadernação; e n) manter um *kit* de materiais, sempre atualizados, para os primeiros socorros na área de trabalho.

Os materiais que compõem o EPI são estes: a) máscara KSN, peça semi-facial filtrante, aprovada pelo Inmetro, CA 10578 20.02 PFF 2-S; b) óculos de segurança e proteção Danny, Fênix, DA 14.500 – CA 9.722 ISO 9002, com lente antirrisco; c) guarda-pó descartável da Dupont, Tychem, tamanho único e de manga comprida; d) luvas de vinil tamanho G (caixa com cem unidades); e e) touca sanfonada descartável para proteção do cabelo PP20.

Por sua vez, o kit de materiais gerais de grande utilidade é composto de: circuladores de ar; extensões elétricas de cinco, dez e 15 metros; cestas grandes de plástico para lixo; álcool gel; panos de algodão para diversos usos; rolo de fita crepe; caixas de papelão para acondicionamento de obras com dimensões variadas; rolo de fita para embrulho/fechamento de caixas; plástico para proteção de estantes; tesoura; rodo, vassoura e balde; aspirador de pó semi-industrial Ghibli modelo AS35.

O PLANEJAMENTO PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES

Nunca podemos esquecer que um desastre pode acontecer a qualquer hora e em qualquer local de uma instituição. Um plano de prevenção de desastres tem de ser encarado como um contra-ataque ao desastre. É estatisticamente anunciado que a maior frequência de desastres que ocorrem em instituições culturais está relacionada a fogo e água. Então, o planejamento de combate aos sinistros deverá ser explicado de forma clara, direta e explícita, bem como do conhecimento de todos os funcionários. Por conseguinte, três são as etapas consideradas as mais importantes para a salvaguarda de uma instituição: prevenção, capacidade de resposta e recuperação.

É de suma importância registrar que, nesse planejamento, estão incluídos todos os procedimentos estabelecidos para a formação e o treinamento da equi-

pe da brigada de incêndio civil da instituição. Deverá ser elaborada e divulgada por toda a instituição uma listagem com os nomes e os telefones ou ramais de todos os chefes das seções de guarda de acervos e dos diretores, e também o nome do chefe da equipe da brigada de incêndio civil, a localização de suas seções de trabalho no edifício, seus telefones ou ramais e seus telefones celulares.

A prevenção compreende todas as medidas que serão tomadas para evitar ou minimizar os riscos de um desastre fora e dentro do edifício e no acervo da instituição. No edifício, é de crucial importância um exame sistemático no que diz respeito a: a) vistoria constante nos telhados; b) verificação do pleno funcionamento dos para-raios; c) observar se existem telhas quebradas; d) manter sempre limpas e desobstruídas todas as calhas e drenos; e) conferir se há vidros quebrados nas claraboias; f) verificar se a pintura das paredes se apresenta descascada, indicando a presença de infiltrações e umidade; g) checar se todas as janelas estão fechando perfeitamente e com segurança, e se existe alguma com vidros quebrados; h) registrar se há presença de fungos nas paredes; i) identificar a presença de baratas ou de roedores; j) executar uma investigação detalhada na rede elétrica quanto ao seu bom uso, se há sobrecargas, se as condições físicas da fiação estão satisfatórias e se há o uso de benjamins em tomadas elétricas; k) verificar se as tubulações de água estão em bom estado ou enferrujadas; l) conferir se as portas de escape do edifício estão em bom funcionamento; m) observar se existem objetos, mobiliário etc. armazenados em locais que possam causar obstruções de locomoção no edifício; n) verificar se, no entorno do prédio, as árvores estão bem tratadas e podadas, e se o jardim está limpo e bem cuidado; e o) averiguar se o sistema de iluminação ao redor do edifício é eficiente.

Quanto à prevenção de riscos de incêndio existentes dentro do prédio, é importante manter constantes vistorias e responder às seguintes perguntas: a) Os extintores portáteis de incêndio são em número suficiente para todas as áreas do prédio? b) Estão situados em locais de fácil acesso e com visibilidade para todos? c) Estão situados nos locais determinados pelo Corpo de Bombeiros? d) Há placas com sinaléticas explicativas sobre os diferentes tipos de extintores? e) Os extintores são frequentemente vistoriados e recarregados? f) Há detectores de fumaça dentro das áreas de guarda de acervos, dos salões de leitura e nas outras áreas do prédio? g) O prédio dispõe de alarmes de incêndio em pleno funcionamento? h) Onde eles estão situados? i) As mangueiras de água dos equipamentos contra fogo e os hidrantes estão em bom estado de conservação? j) Existem sinaléticas fluorescentes colocadas em locais estratégicos que orientem a saída de funcionários em caso de corte total de energia no prédio? k) Há luminárias especiais em locais específicos que se acenderão em caso de corte de energia elétrica no interior do edifício? l) Onde essas luminárias estão situadas? m) Existem

caixas especiais com tampas de vidro para guarda de cópias de chaves de portas, localizadas na parte externa de áreas consideradas estratégicas e de segurança no edifício? n) Existem aparelhos elétricos em uso dentro das áreas de guarda de acervos, como, por exemplo, cafeteiras? o) Existe local determinado para almoço e lanches dos funcionários, por exemplo, refeitório? e p) É permitido fumar dentro do edifício da biblioteca ou do museu?

Enfim, para que um planejamento de prevenção de desastres tenha seu êxito garantido em uma instituição, ele deve, em primeiro lugar, contar com o aval estratégico e operacional do corpo diretor e administrativo da instituição, com a cumplicidade e a parceria dos funcionários e, finalmente, com a cooperação de todas as pessoas que exerçam funções de apoio no prédio da instituição. Por outro lado, a preocupação com a segurança e com a gestão de riscos nas instituições vem, há algum tempo, compondo a grande questão da preservação. Além disso, os princípios de solidariedade e de cidadania também devem ser discutidos, assim como a concepção geral de uma corresponsabilidade dos indivíduos como cidadãos à frente dos perigos que os ameaçam.

Diante de um quadro de proporções limitadas de recursos disponíveis para questões culturais hoje em nossa sociedade, torna-se inexorável a compreensão de prevenir antes de intervir, limitando, tanto quanto possível, qualquer ação física invasiva. O objetivo principal deve ser sempre o de alterar o mínimo possível as obras que chegaram às nossas mãos e, com responsabilidade, deixá-las preservadas e protegidas para os brasileiros que virão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÁEZ, Fernando. 2006. *História universal da destruição de livros: das tábuas numéricas à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- BOITO, Camillo. 2003. *Os restauradores*. São Paulo: Ateliê. 2ª ed.
- BOMENY, Helena. 1999 “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 137–66.
- BRANDI, Cesare. 2004. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê.
- BECK, Ingrid et al. 1991. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2ª ed. ampliada.
- CALLOL, Milagros V.; RODRIGO, Nieves V. & CARBÓ, Maria Teresa V. 2003. *Una mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia.

- CHOAY, Françoise. 2006. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp. 3ª ed.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. 2005. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora da UFRJ/Iphan.
- COORDENADORIA DE PRESERVAÇÃO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. 2012. *Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional,
- LE GOFF, Jacques. 1982. “Documento/monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1/; Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 95–106.
- LIMA E SILVA, Francelina Helena Alvarenga. 2007. “Segurança e saúde do profissional em conservação”. In: GRANATO, Marcus et al. (org). *Mast Colloquia*, vol. 9: Conservação de acervos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- OGDEN, Sherelyn (org.). 1997. *Administração de emergência* [Caderno Técnico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em www.cpba.net.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. 2008. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. 2000. *Restauração*. São Paulo: Ateliê.
- SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). 1987. “Resumo cronológico”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, Rio de Janeiro, p. 34.
- SPINELLI JUNIOR, Jayme. 1997. *Conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em www.bn.br/produção/documentos.
- SPINELLI JUNIOR, Jayme & PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. 2010. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em www.bn.br/produção/publicações.
- ZÚÑIGA, Solange. 2012. Comunicação proferida no 16º Curso Informativo de Preservação de Coleções Bibliográficas e Documentais. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, agosto.

JAYME SPINELLI JUNIOR

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas. Pós-graduado pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (Cecor), da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como especialista em conservação e restauração de bens culturais. Pós-Graduado em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Conservador-restaurador e coordenador de Preservação da Fundação Biblioteca Nacional desde 1998.